

ATA RELATIVA A AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2019

PRESENTES – VERIFICAR LISTA DE PRESENÇA

Visando o cumprimento da legislação em vigor, Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, §4º, os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundações e Autarquias Municipais realizam Audiência Pública referente à prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2019, aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2020, às 14:30 horas na sede da Câmara Municipal de Indaiatuba. O vereador Sr. Hélio Alves Ribeiro, Presidente da Câmara, declarou aberta a audiência e passou a palavra para a Secretária da Fazenda Paula Fernanda Sciamarelli que iniciou agradecendo a presença de todos e explicou que a apresentação seria iniciada pelas autarquias, fundações e finalmente a Prefeitura. Em seguida passou a palavra para o Sr. Cesar Wulk assessor do SAAE que iniciou as apresentações dos slides divididos em receitas, despesas e os resultados do 3º quadrimestre do SAAE. Durante a explanação das receitas, o vereador Alexandre C. Peres observou o saldo da Dívida Ativa, que apresentou uma arrecadação menor que 10% do saldo total e sugeriu alguma ação para melhorar a arrecadação. Em resposta o Sr. Carlos Waldir de Genaro diretor do SAAE informou sobre a contratação de um procurador e um projeto para melhorar a arrecadação da Dívida Ativa. No final da explanação da receita do SAAE, onde foram observados os valores previstos e arrecadados, o Sr. Carlos Waldir de Genaro pediu a palavra para fazer uma observação sobre a elaboração do orçamento que ocorre muito previamente à execução, o que gera em muitos casos a uma disparidade entre o previsto e o realizado, observando como exemplo o ocorrido em relação à ARES PCJ – Agência Reguladora que determinou que não houvesse reajuste das tarifas em 2020, reajuste este que constou da previsão do orçamento. Na continuidade da apresentação das despesas, o Sr. Cesar Wulk explanou sobre as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e restos a pagar divididos por ações. Durante a apresentação foi interrompido pelo vereador Ricardo L. França que questionou a despesa na ação da Manutenção da Unidade com pessoal e solicitou uma maior transparência por achar o valores altos, o que foi rebatido pelos presentes pois as informações do 3º quadrimestre com despesas com pessoal contemplam 13º e pagamento no mês 12 que também ocorre no mês de dezembro ao invés de ocorrer no mês seguinte, influenciando também o valor da despesa do início do exercício seguinte para menos. A apresentação do SAAE foi encerrada e a senhora Meire Ap. M. de Souza contadora da Fundação Pró- Memória iniciou a apresentação de receitas e despesas do 3º Quadrimestre e do exercício de 2019 comparando com o mesmo período do exercício anterior e respectivos resultados. O vereador Sr. Alexandre Carlos Peres fez uma observação quanto à ausência da denominação do museu “Antônio Reginaldo Geiss” presente nas imagens da apresentação. Seguindo com as apresentações, o Sr. Antônio Correa Superintendente do SEPREV explicou quanto à necessidade da realização das demonstrações ser dividida em duas etapas. Que a primeira parte seria apresentada por ele, abordando a avaliação das metas fiscais do SEPREV relativas ao 3º Quadrimestre/2019 e, a segunda, que seria apresentada pelo senhor Marcos Barce, Diretor Financeiro do SEPREV, sobre o Pró Gestão, sobre o qual fez uma breve explicação, que é uma certificação que envolve a modernização dos regimes próprios em nível municipal, estadual e federal, que foi criado pelo antigo Ministério da Previdência e que classifica os Regimes Previdenciários em níveis de 1 a 4 e que atualmente o SEPREV está no nível 2. Explicou quanto a exigência legal desta apresentação e a razão de realiza-la em conjunto com a audiência de prestação de contas, aproveitando a reunião da sociedade e dos servidores para também apresentar os resultados das políticas de investimentos do RPPS. O Sr. Antônio Correa iniciou efetivamente a apresentação das metas fiscais 3º quadrimestre, seguindo a mesmo modelo das demais apresentações com demonstração da receita, despesa e resultados. Na demonstração da receita evidenciou o aumento da receita e explica que essa alteração é consequência também de uma mudança da contabilização dos rendimentos de acordo com a orientação do Tesouro Nacional e que anteriormente os rendimentos eram contabilizados como receita extraorçamentária, o que justifica a grande diferença entre os valores efetivamente arrecadados quando comparados ao s

valores previstos. O vereador Luiz Alberto Pereira questiona se já ocorreu esta alteração na contabilização dos rendimentos no passado em relação ao orçamento da Prefeitura e a Secretária da Fazenda Sra. Paula F. Sciamarelli esclarece que sim, que eventualmente a legislação e o plano de contas que regem a contabilização de todos os entes federativos sofrem modificações que causam um prejuízo quando realiza-se a comparação de uma mesma receita em períodos diferentes, devido a existência de regras diferentes para contabilização, prejudicando a série histórica. Continuando com a apresentação o Sr. Antônio Correa mencionou que pode ocorrer alteração do percentual de contribuição dos servidores para o regime de previdência e os Vereadores Alexandre Peres e Luiz Alberto Pereira questionam se essa alteração necessita de Lei e o Sr. Marcos Barce esclarece que sim. Ainda durante a explanação da receita pelo SEPREV, o vereador Alexandre também questionou o funcionamento da compensação entre INSS e SEPREV, que foi esclarecido pelo Sr. Correa atribuindo tal compensação à consequência da mudança de regime dos funcionários. No transcorrer da apresentação o vereador Luiz Alberto Pereira questiona qual a origem da arrecadação identificada sob título de "Receitas Diversas" e o Sr. Marcos Barce esclarece que se trata de acréscimo decorrentes do pagamento de coparticipação. Sobre a apresentação das despesas, o vereador Luiz Alberto Pereira questiona saldo inicial em 2019 do fundo assistência à saúde e que foi esclarecido que era aproximadamente 8 milhões. O Sr. Antônio Correa observa que a partir do mês de março, em decorrência da reforma da previdência, os valores referente a auxílio doença e salário maternidade passam a ser de responsabilidade dos entes. Ao apresentar o aumento dos números de aposentados em 2019, houve comentários de maneira geral sobre os itens que podem ter ocasionado o aumento no número de aposentados e seu impacto. O Sr. Antônio Correa encerrou a prestação de contas do SEPREV e o Sr. Marcos Barce iniciou a exposição dos Resultados das políticas de investimentos em atendimento ao Programa Pró Gestão. Em seguida a Sra. Luciana A. S. Fanger Gerente em Contabilidade da FIEC, iniciou a prestação de contas, evidenciando os alunos que são a base da fundação e demonstrou todos os itens relacionados às receitas, às despesas e aos resultados. Na sequência, a secretária da Fazenda Paula F. Sciamarelli iniciou a apresentação da prestação de contas da Prefeitura compartilhando a fala com o servidor Luís Henrique Bortoletto Coordenador do Departamento de Contabilidade Geral do Município sobre as dificuldades entre as metodologias distintas de escrituração contábil utilizadas pelos órgãos fiscalizadores, que consomem grande dispêndio para sua elaboração, conferência e publicação, e , ainda assim, não condizem com a versão julgada adequada pela Prefeitura. A apresentação foi organizada em receita, despesa e resultados. As receitas foram comparadas com mesmo período do exercício anterior e foram separadas em receitas do tesouro e vinculadas para demonstrar o excesso de arrecadação. Diante da explicação de que o Orçamento é elaborado baseado em uma situação conservadora para a receita e que a despesa nem sempre se adequa à capacidade arrecadatória, dependendo de um resultado superavitário anterior, a jornalista Patrícia Lisboa perguntou se seria possível mensurar a diferença entre o valor previsto e o efetivado na despesa com folha de pagamento e a Paula explica que não é possível uma vez que execução é dinâmica. O Jornalista Paulo Boal questionou se o excesso de arrecadação não consta no orçamento e a Paula explica que tanto o excesso quanto o superávit são inseridos no orçamento por meio do crédito adicional. Na continuidade, quando da explicação sobre orçamento insuficiente e necessidade de utilização do Superávit para suprir as despesas que não foram comportadas no orçamento, a Sra. Jaqueline C. B. Francisco professora do município chama atenção para que na elaboração do orçamento sejam alocadas as despesas referentes ao cartão alimentação para exercício de 2020. O Sr. vereador Arthur Spíndola questionou quanto as alterações orçamentárias no final do ano enviadas à Câmara Municipal através de projeto de lei e a Secretária Paula informa que essas alterações normalmente ocorrem com maior frequência ou em valores maiores no final do ano por ser nesse momento em que as dotações orçamentárias começam a tornar-se insuficientes para o empenhamento das despesas. Na sequência, o vereador Sr. Luiz Alberto Pereira comenta que o orçamento é uma ficção e a Sra. Paula explica que o orçamento é uma aproximação da realidade de acordo com dados históricos e situações pontuais e é elaborado muito previamente à fase de execução e que compreende apenas previsão da receita do exercício e consequentemente a despesas e que o saldo de superávit e possíveis excesso de arrecadação são inseridos por meio dos créditos adicionais

no decorrer da execução. De maneira geral os presentes analisaram as principais receitas e é possível visualizar a inconstância da arrecadação, principalmente de recursos estaduais e federais. Na apresentação sobre a arrecadação da dívida ativa, o vereador Ricardo L. França questiona se o sistema de cobrança ocorre de maneira satisfatória e a Sra. Secretária esclarece que o percentual arrecadado também está um pouco abaixo do desejado, mas que as providências para execução dos débitos são tomadas porém ficam na dependência da capacidade do judiciário de atender o grande número de processos, a situação de crise econômica do país e desemprego afetam a capacidade contributiva dos munícipes, que a Prefeitura tem buscado a utilização de tecnologia disponibilizando diversos serviços pela internet para facilitar o processo de parcelamento de débitos, emissão de guias para pagamento sem a necessidade de deslocamento dos contribuintes. Na continuidade são relatadas a despesas da prefeitura, demonstrando o percentual de cada secretaria em relação ao total da despesas. Foram demonstradas em destaque as despesas com Educação e Saúde para verificar aplicação constitucional. Na apresentação sobre a educação foi evidenciado a despesa com recursos do FUNDEB e do Tesouro separadamente. O vereador Sr. Ricardo L França questiona se houve alguma alteração na classificação da merenda escolar e Sra. Secretária esclarece que no PPA atual, a merenda escolar passou a integrar o unidade correspondente ao nível de ensino e não mais uma única unidade orçamentária como nos planos anteriores. Foram demonstrados os quadros exigidos pelos órgãos fiscalizadores e pela LRF, as dívidas fundada e flutuante, despesas de capital, despesas de pessoal, as obras concluídas e em andamento e equipamentos. A Sra. Secretária finaliza a apresentação, agradecendo a todos e relata que acredita na melhoria da economia do país. Em seguida, em função do presidente da casa ter necessitado se ausentar antes do término das exposições por motivo de força maior, o vereador Sr. Luiz Alberto Pereira, declara encerrada a audiência pública às 16:55 horas. Eu, Larissa Bruna Almeida, Assessora de Departamento, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 14 de fevereiro de 2020.

Larissa Bruna de Almeida